



ASPECTOS DA OBRA ECONÔMICA DE MALTHUS

José Roberto Vicente

Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Instituto de Economia Agrícola



Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria de Agricultura e Abastecimento  
Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0101-5109  
Relatório de Pesquisa  
5/84

## ASPECTOS DA OBRA ECONÔMICA DE MALTHUS

José Roberto Vicente

São Paulo  
1984

## Í N D I C E

1 - INTRODUÇÃO .....	1
2 - O MEIO .....	2
2.1 - A Revolução Agrícola .....	2
2.2 - A Revolução Industrial .....	3
2.3 - A Revolução Demográfica .....	4
3 - O HOMEM .....	6
4 - A OBRA .....	7
4.1 - O "Ensaio" .....	7
4.2 - O "Princípios de Economia Política" .....	11
4.2.1 - As leis do trigo .....	12
4.2.2 - A renda da terra .....	12
4.2.3 - O valor .....	14
4.2.4 - A lei de Say e a possibilidade de superprodução .....	15
LITERATURA CITADA .....	18

José Roberto Vicente

## 1 - INTRODUÇÃO

Figurando com justiça ao lado de Smith, Say e Ricardo, como um dos grandes nomes da escola clássica, Malthus continua suscitando discussões, principalmente a respeito de sua obra mais polêmica, o "Ensaio sobre a População", quase 200 anos após sua primeira edição.

Suas opiniões, geralmente expressas de forma contundente e autoritária, refletem marcadamente sua formação religiosa e a época de transição em que viveu; poucos autores terão deixado tão evidenciado em sua obra o apego à tradição e a crença completa na impotência do homem perante sua situação terrena.

Entretanto, o iracundo pastor que investia contra os utopistas conseguiu prever uma sociedade onde a tônica principal é a escassez de recursos e uma grande massa de necessitados. Paradoxalmente, foi o religioso preocupado com as "leis divinas" que colocou o homem dentro de um sistema mais amplo, no meio de outras espécies, sujeito como os outros seres vivos às agruras do meio ambiente, que afetam e restringem sua expansão e crescimento; negando à humanidade a posição privilegiada de estar acima das leis reguladoras da natureza, Malthus influenciou Darwin, Ricardo e a maioria dos cientistas a partir da publicação do "Ensaio".

Foi esse mesmo economista burguês que contrariou as correntes otimizistas do capitalismo nascente e enxergou, embora confusamente, problemas na famosa lei de Say, que permaneceu como dogma até a revolução keynesiana na década de 30.

As idéias de Malthus continuam sendo discutidas apaixonadamente até nossos dias; a compreensão dos pontos fundamentais de sua obra passa necessariamente pelo entendimento de sua época e sua formação.

---

(1) Versão preliminar deste trabalho foi apresentada em seminário a alunos do curso de pós-graduação em Economia Agrária da ESALQ-USP, em dezembro de 1983.

Pretendemos, inicialmente, comentar o meio que cercava o pastor, a Inglaterra do final do séc. XVIII e início do séc. XIX; a seguir, será feito um pequeno apanhado biográfico, para conseguir um esboço do homem e, finalmente, serão apresentados comentários sobre suas duas obras mais importantes, "Ensaio sobre a População" e "Princípios de Economia Política".

## 2 - O MEIO

A Inglaterra foi o berço do capitalismo em grande escala; o rompimento com o feudalismo ocorre definitivamente a partir de meados do século XVIII, e a nova ordem, apoiada no capitalismo e na indústria, levou a Grã-Bretanha a um progresso inegável. As condições prévias para a mudança foram criadas por profundas transformações, em curso durante o século XVIII e parte do século XIX (9).

### 2.1 - A Revolução Agrícola

Essa revolução, que possibilitou pela primeira vez na história a aparência de que um país poderia livrar-se do fantasma da fome, começou com a transformação de áreas de uso comum em propriedades privadas. Esses movimentos ("enclosures" ou "cercamentos") praticamente extinguiram a agricultura camponesa na Inglaterra e, apesar da tragédia que representou para os milhares de camponeses expulsos do campo, contribuiu definitivamente para a modernização da agricultura e para a criação de um excedente agrícola, que seria usado para alimentar hordas de trabalhadores que se dirigiam para as indústrias (12).

A adoção rápida de meios modernos de produção, permitindo o cultivo de nabos e trevo em terras que antes seriam deixadas em descanso, possibilitou resolver também o problema de alimentar o gado no inverno, desenvolvendo a pecuária e mais do que dobrando o peso médio dos animais comercializados (3). A adoção de ferramentas em grande escala e a busca do lucro incentivando investimentos de capital nas grandes propriedades permitiram um negável salto para a frente nas técnicas agrícolas e um aumento enorme nas áreas cultivadas. Aprendia-se a fazer caminhar lado a lado pecuária e cultivo de ervas, tornando o ciclo agrícola aperfeiçoado: melhores colheitas permitem gado em maior número e o esterco produz melhores colheitas.

Note-se que esta revolução, que propiciou ganhos inimagináveis aos grandes proprietários, provocou miséria nunca vista na população dos campos. Dessa forma, a revolução agrícola tornou-se passo fundamental para a revolução industrial, ao propiciar-lhe três condições básicas:

- a) a criação de um exército de assalariados em potencial, pela expulsão dos pequenos proprietários e aldeões causada pelos "cercamentos" de terras, além da diminuição das necessidades de mão-de-obra no setor rural, devido à adoção de implementos e ao crescimento expressivo da pecuária. Assim, em 1700, 70% dos ativos na Inglaterra eram agricultores, e em 1800 não representavam mais do que 33% do total de trabalhadores;
- b) aumento de produção, criando um excedente agrícola capaz de alimentar a massa de trabalhadores que se dirigia ao setor urbano-industrial. Entre 1750 e 1800 a produção cresceu tanto quanto nos quatro séculos anteriores; a produtividade do trabalho dobrou;
- c) estava criado um exército de consumidores, um vasto mercado interno para os manufaturados; se os arrendatários tinham condições de consumir mais do que os operários, também é verdade que compravam muito pouco fora, enquanto os assalariados da indústria tinham que comprar tudo o que consumiam. Sobre este mercado interno considerável iria se levantar a grande indústria.

## 2.2 - A Revolução Industrial

A transição de uma sociedade rural para uma sociedade industrial na Inglaterra deu-se de forma gradual, estendendo-se por cerca de 100 anos, de 1760 a 1860.

Se a revolução industrial for entendida em um sentido meramente técnico, por certo poder-se-ia afirmar que continuou além do século XIX. Porém, por volta de 1800 ela parece estar definitivamente implantada, consideradas as invenções da lançadeira volante em 1733, da máquina a vapor em 1769, do tear mecânico em 1785 e o fato mais importante, qual seja, a modificação nas relações sociais da produção, causada pelo progresso técnico. Agora, nas palavras de Marx, citado por DOBB (1), "a máquina toma o lugar de mero instrumento", sem levar em conta "se a força motriz vem do homem ou de outra máquina". Essa modificação crucial tornou necessária a concentração dos trabalhadores em um só local de trabalho, impôs ao processo um caráter meio humano e meio mecânico e levou à divisão do trabalho em um grau jamais testemunhado.

Era a sujeição do operário ao ritmo da máquina que dissociava a produção de atividade tipicamente humana e dispensava aptidões especiais ao operário qualificado.

A revolução industrial se estabeleceu apoiada em dois fenômenos simultâneos: a adoção de novas técnicas com uso generalizado de maquinaria e a concentração de homens nas cidades e, conseqüentemente, de operários nas fábricas. A produção de fios de algodão cresceu 100 vezes entre 1720 e 1850; em 1840, 75% da população empregada nas indústrias estavam na produção têxtil, 50% na do algodão. O consumo de ferro aumentou 400% de 1700 a 1800. Os meios de transporte foram melhorados, possibilitando escoamento fácil da produção agrícola e industrial. Com a concentração urbana, em 1700 Londres tinha 670.000 habitantes e, nas bacias de carvão, ao redor dos portos e nas regiões têxteis, todas as cidades inchavam. Proliferaram grandes edifícios industriais, que abrigavam mais e mais operários; a seu lado, os casebres, sua inevitável contrapartida, sinal inequívoco da existência de duas Inglaterras, a dos ricos proprietários de terras e dos industriais, e a dos pobres (9).

### 2.3 - A Revolução Demográfica

A população da Inglaterra passou de cinco milhões de habitantes, em 1700, para oito milhões em 1790. A Europa inteira se encontrava em franco aumento de população, passando de 128 milhões para 187 milhões na mesma época (9). Esse aumento populacional, embora modesto pelos padrões atuais (a taxa média de crescimento da população da Inglaterra entre 1760 e 1860 foi de 1,1%), foi encarado como rápido e brutal para o período, já que as médias do início do século XVIII eram de 0,2% ao ano.

O índice de natalidade estava próximo do máximo biológico, não se alterando significativamente; portanto, a diminuição acentuada da mortalidade foi apontada como a causa da "explosão demográfica". Com efeito, os registros da Maternidade de Londres mostram que na década de 1749/58, a mortalidade infantil era de 1 em 15 nascidos, e a de mães, de 1 em 42; em 1799/1800, os números reduziram-se para 1 em 115 (crianças) e 1 em 914 (mulheres) (3). A medicina progredia bastante no controle da varíola e do escorbuto; a drenagem de terras ajudou a combater diversas endemias, enquanto que a maior profissionalização das parteiras diminuía, como já citado, a mortalidade de parturientes e recém-nascidos (1). Deve-se considerar também que essa população tinha acesso a quantidades maiores de alimentos propiciados

desde o início do século XVIII pela crescente produção agrícola.

Esse crescimento mudou a estrutura demográfica e tornou-se normal o trabalho de crianças, que na indústria têxtil respondiam por um terço da mão-de-obra, além de criar na população hábitos originários do prolongamento da vida, como a poupança e a previdência.

Os pobres foram os que, a princípio, se beneficiaram com a relativa abundância de alimentos e com os progressos da medicina. Ironicamente, os jovens não ceifados pelos efeitos da fome ou pelas epidemias foram engrossar a massa proletária, ultrapassando a necessidade das cidades e das indústrias, destruindo o precário equilíbrio da sociedade inglesa. Os capitalistas estavam atentos: pagavam os menores salários possíveis e exigiam o máximo, 16 horas de trabalho diário, tanto de homens como de mulheres e crianças. A grande maioria da população teve que se sujeitar a viver em condições precárias: mesmo os "privilegiados" que dispunham de trabalho habitavam cubículos imundos e insalubres; livres de endemias tradicionais, conheceram pragas piores: havia ruas inteiras em que todos tinham cólera. Os que viviam completamente à margem da sociedade - vadios, vagabundos, ladrões e bandidos - padeciam males ainda maiores, e em boa parte das cidades inglesas cerca de 15% da população vivia unicamente de caridade (9).

Entre 1789 e 1814, uma série de colheitas frustradas devido a eventos climáticos criou a psicose da fome. Impossibilitando as importações do continente da Europa estava a guerra, que deixou a Inglaterra cercada. Os preços dos gêneros de primeira necessidade subiram, sem proporcional contrapartida nos salários. Explodiram revoltas causadas pela miséria e pela fome: no meio rural em 1795; nas cidades de Londres, Birmingham e Dundee, em 1794/95; sublevações dentro do exército e crises sociais gerais em 1799/1800; depredação de máquinas e revoltas camponesas em 1816.

O governo reprimiu violentamente as revoltas, o habeas corpus foi suspenso em 1794 e as tropas ocuparam as cidades industriais. Também foi usado o paternalismo, e em 1796 era generalizada a Lei dos Pobres, uma concessão benvinda, que obrigava as paróquias a proverem os indigentes do mínimo necessário ao seu sustento. Estima-se que mais de 1 milhão e meio de pessoas, cerca de um quinto da população, se beneficiou da Lei que, por outro lado, permitia aos patrões manterem o salário no nível mais baixo; portanto, criou tanta pobreza quanto a que mitigou. Em anos seguintes, a lógica econômica iria fazer com que fosse suprimida essa Lei, com Malthus agindo decisivamente para tal (2, 9).



As origens da família de Malthus são muito antigas; parece que depois de diversas gerações que passaram vicissitudes, a ascensão econômica e social da família começou com o bisavô de Thomaz Robert Malthus, que foi nomeado para um cargo cobiçado, o de farmacêutico do Rei. Porém, a maior prosperidade viria com seu avô, que foi diretor nomeado da South Sea Company. O pai de Malthus dedicou-se a gozar a boa vida que seus antepassados conseguiram proporcionar-lhe.

Amante da caça, das letras e das artes, Daniel Malthus gozou da amizade de Jean-Jacques Rousseau, David Hume, Voltaire, Goethe. Amigo e discípulo também dos filósofos Condorcet e Godwin, acreditava firmemente nas idéias destes, de que a humanidade marchava para uma idade de ouro, onde todos os homens seriam felizes. Certamente, sua vida pacata de "gentleman" do campo não lhe permitia duvidar dessa possibilidade ...

Thomas R. Malthus foi criado nesse ambiente, comungando das idéias paternas, até os dezesseis anos, quando foi enviado a Gilbert Wakefield, discípulo de Rousseau e ex-pastor anglicano. Parece que o futuro desejo de não seguir para Oxford, como era a vontade da família, se deve à influência de Wakefield, que considerava o Jesus College, em Cambridge, mais apropriado. Malthus ingressou no Jesus College em 1784, onde esteve em contato com estudantes brilhantes, estudando os movimentos políticos recentes e as idéias dos filósofos. Na Universidade, Malthus sempre se destacou por seu espírito crítico e pelo bom senso, o que causava a admiração de seus pares, geralmente entregues a discussões mais apaixonadas do que científicas.

Bacharel em artes (matemática e línguas clássicas) em 1788, Mestre em Artes em 1791, pesquisador ("fellowship") em 1793, continuou no Jesus College até 1796; sempre foi destacado aluno em Matemática.

Foi nomeado vigário da paróquia de Albury, perto da casa paterna, em 1796, ano em que escreve a sua primeira obra nunca publicada, "A Crise", em que defende a extensão da assistência aos indigentes, as idéias de Condorcet e Godwin e a necessidade da administração amparar mais os pobres. Dois anos mais tarde, voltando-se diametralmente contra essas teses, refutando os utopistas e a Lei dos Pobres, escreveu o "Ensaio sobre a População", que torna - ria seu nome célebre, como autor de um dos monumentos da ciência econômica.

A obra deu-lhe fama, em 1803 foi nomeado reitor de Walesby, em 1805 tornou-se professor de história moderna e economia política em Haileybu-

ry, sede do Colégio da Companhia das Índias Ocidentais. Tornou-se membro de diversas sociedades culturais, publicou livros e artigos diversos, manteve correspondência com todos os economistas ilustres da época, principalmente com Ricardo; suas divergências com este último levaram-no a publicar seu "Princípios de Economia Política", sua obra mais científica e consistente, em bora pouco conhecida.

Malthus tinha grande apreço pela realidade, sendo pouco dado a abstrações em seus estudos. Porém, sua formação burguesa e, mais ainda, sua formação religiosa, moldavam sua maneira de observar a realidade que tentava descrever. O "Ensaio" tem fortes matizes ideológicos: a crença na ordem natural das coisas, entendendo como parte disso os lucros; o trabalho considerado como mercadoria; a ética protestante indicando que as desigualdades sociais eram fruto da vontade divina e o sofrimento terreno uma predestinação das pessoas (2, 9).

#### 4 - A OBRA

A obra de Malthus pode ser resumida em dois momentos mais importantes: a publicação do "Ensaio sobre a População", sua estréia auspiciosa, e a resposta às doutrinas econômicas de Ricardo, no "Princípios de Economia Política". O primeiro, fortemente panfletário, foi escrito em poucas semanas, oriundo de discussões do autor com seu pai, a respeito das idéias de Godwin, em seu recente (1797) ensaio "Avareza e Prodigalidade". O segundo constitui obra de um Malthus mais maduro, já renomado economista, que consegue antecipar diversas teses desenvolvidas bem mais tarde.

##### 4.1 - O "Ensaio"

A primeira edição do "Ensaio" veio a público em 1798. Tratava-se de um pequeno volume apócrifo, que se descobriu posteriormente, havia sido escrito por um obscuro vigário de uma paróquia de Surrey, e que obteve notável êxito (9).

A obra era escrita num linguajar vigoroso, atacando as idéias utópicas baseadas na revolução francesa. O "Ensaio" é uma obra profundamente marcada pela época em que foi escrita, e nisso os aperfeiçoamentos posteriores em outras edições não a alteraram. As outras edições, mais técnicas e recheadas de argumentos complementares, são hoje em dia menos conhecidas que

a pioneira primeira edição.

O autor baseia sua crítica às teses de perfectibilidade humana e vida feliz para os habitantes da Terra, defendidas por Godwin e Condorcet; com sua famosa descoberta da "Lei da População". Segundo esta descoberta, os alimentos cresceriam sempre em proporções inferiores à população humana, que estaria sempre fadada a conviver com o fantasma da fome. Argumenta que, por mais atraído que pudesse ser pelas utopias, não poderia crer nelas enquanto seu surgimento não fosse explicado em bases científicas.

Mais da metade do "Ensaio" é escrita em resposta às teses utopistas, tanto às Caixas de Socorro de Condorcet (semelhantes à Lei dos Pobres), quanto às idéias socialistas de Godwin, já que afirmava que as mais nobres realizações do espírito humano, a verdadeira divisão entre a civilização e a barbárie, eram fruto da existência da propriedade privada; Malthus assumia sua condição de economista burguês.

O "Ensaio" baseia suas descobertas sobre a lei da população em dados demográficos da América e em dados de aumento de produção de alimentos na Inglaterra; esse ponto tem sido criticado, com o argumento de que são coisas certamente não comparáveis da forma em que foi feito no livro (2). Porém, um leitor mais atento, perceberá que o exemplo não significa comparação, apenas a citação dos extremos conhecidos então, de onde o pastor desenvolveu suas progressões. O ponto básico, que iria tornar as previsões de aumento de população equivocadas, estava na ortodoxia religiosa de Malthus: considerando todo o sistema de baixar a taxa de natalidade, exceto a castidade, como vício inadmissível, e considerando também que a maioria dos seres humanos era pouco chegada à virtude salvadora, nada mais correto que concluir pelo aumento exagerado da população, condenada a ser dizimada pela fome, pelas guerras e pela doença, até que se restabelecesse um equilíbrio entre alimentos disponíveis e bocas a alimentar.

Escrito um quarto de século depois da obra famosa de Adam Smith, o "Ensaio sobre a lei da população e seus efeitos sobre o aperfeiçoamento futuro da sociedade, com observações sobre as especulações de Mr. Godwin, Mr. Condorcet e outros autores", como era seu título original, poderia ter sido chamado, parodiando a obra de Smith, de "A Miséria das Nações". Essa é a tônica do "Ensaio", a tendência à miséria da maioria da população.

Malthus ataca frontalmente a Lei dos Pobres, considerando-a nociva por diversos motivos. Estimulava casamentos precoces entre pobres que iriam agravar o problema populacional; diminuía a mobilidade da mão-de-obra, já que confinava o pobre à paróquia em que residia, que era a única a ser

obrigada a prestar-lhe assistência (nesse ponto Malthus era dotado de compreensão rara na época, sobre as necessidades do capitalismo nascente); os trabalhadores que tinham emprego eram duplamente prejudicados pela Lei, já que os capitalistas fixavam o salário em níveis muito baixos, contando que a paróquia manteria vivos os trabalhadores, além de que, com as compras de alimentos pelas paróquias, o preço destes tenderia naturalmente para cima, diminuindo mais ainda a cesta adquirível pelos rendimentos dos trabalhadores. Embora possa ser levantada a possibilidade de que o pastor gostaria de empregar de outras formas o dinheiro da paróquia, não há como negar a lógica econômica presente na crítica. Para substituir a Lei dos Pobres, Malthus sugeria a criação de albergues sustentados por impostos, que acudiriam os casos de extrema necessidade, e que teriam o poder de impor trabalho àqueles que assistisse (2, 4).

Portanto, o pastor considerava a Lei dos Pobres nociva, as teses utopistas inatingíveis, e encontra em seu livro espaço para comentar a obra de Smith e dos Fisiocratas. Com relação a estes últimos, embora concordasse que o trabalho agrícola é geralmente mais produtivo, discordava da afirmação de que o trabalho nas manufaturas era improdutivo, citando casos em que trabalhadores rurais não produziam sequer para o seu sustento, e trabalhadores em manufaturas que garantiam com seu trabalho a própria subsistência e o lucro do patrão. Com relação a Smith, criticou o conceito de que o aumento da riqueza da nação melhoraria o nível de vida dos assalariados. Segundo Malthus, com os salários fixados ao nível de subsistência, os trabalhadores só conseguiriam algum benefício caso o aumento da riqueza viesse pelo aumento na produção de alimentos; com a produção de manufaturas, o aumento da riqueza não chegaria a beneficiar os operários, já que os possíveis aumentos de salários seriam anulados pelos maiores preços dos alimentos com oferta fixa. Por esse motivo, o pastor considerava mais adequado o governo investir na agricultura do que na indústria, já que os segmentos mais necessitados da população seriam beneficiados, até que o aumento de habitantes anulasse o ganho.

O que chama a atenção no "Ensaio" é o tom cruel, bem de acordo com a filosofia religiosa protestante, que Malthus emprega em sua obra. Se um pobre desconsiderar o comedimento e insistir em ter numerosa prole, não se deve intervir nos mecanismos naturais, e sim deixá-lo entregue à própria sorte: "Entreguemos, pois, esse homem culpado à pena pronunciada pela Natureza. Ele agiu contra o caminho da razão, que lhe foi claramente manifestado, ele não pode acusar ninguém e deve se haver consigo mesmo se a ação que come

teu lhe acarreta conseqüências deploráveis. O acesso à assistência das paróquias deve ser-lhe interdito. E se a beneficência particular lhe oferece algum socorro, o interesse da humanidade exige imperiosamente que não sejam demasiadamente abundantes. É preciso que ele saiba que as leis da natureza, isto é, a Lei de Deus, condenaram-no a viver na penúria, para castigá-lo por tê-las violado"...nisto está uma lei imutável da Natureza"(4).

Essa condenação enunciada pelo pastor é reforçada pelas teses do economista: a avareza da terra é o ponto central da miséria, não a avidez pelo lucro ou o egoísmo dos ricos, pois "não está ao alcance dos ricos proporcionar aos pobres ocupação e alimento, e conseqüentemente, os pobres, pela própria natureza das coisas, não têm nenhum direito de exigir deles coisas semelhantes"(4).

Nunca um livro terá surgido mais a propósito, a ordem liberal e capitalista é defendida em todos os seus aspectos. O pobre, curvado sob os decretos divinos, é condenado à castidade e à virtude, só e desamparado frente às reações do mercado e dos preços. Ele garante com seu trabalho a remuneração natural do capital; é um pária que vive ou morre de acordo com a corrida entre a população e os meios de subsistência. A desigualdade e a miséria das massas é uma fatalidade imutável como o são a propriedade privada da terra ou do capital. Somente isso permite a exploração mais eficiente dos recursos existentes, qualquer tentativa de mudar esse "curso natural das coisas", mostrar-se-á sempre catastrófica, aumentando a pobreza que tentasse diminuir. Os ideais da Revolução Francesa são equivocados e têm de ser combatidos para não contaminarem os pobres ingleses; apenas a virtude e o conformismo podem melhorar a situação da população.

Essas idéias tão cruamente lançadas causaram discussões e indignação, motivando em diferentes épocas comentários como os de Marx, citados por POURSIN E DUPUY (9): "O que caracteriza Malthus é a vulgaridade absoluta dos sentimentos, vulgaridade a que só se pode permitir o eclesiástico que vê na miséria humana a punição do primeiro pecado, que tem necessidade deste vale de lágrimas, mas que, por causa de suas gordas prebendas e com a ajuda do dogma da predestinação, julga vantajoso amenizar, para as classes dirigentes, esse mesmo vale de lágrimas".

Aliás, Marx nega a Malthus a própria descoberta original da Lei da População: "...esse texto, em sua primeira formulação, nada mais é do que um plágio, escolar, superficial e clericalmente declamatório, de Defoe, Sir James Stewart, Townsend, Franklin, Wallace etc. e que não contém uma frase original. A grande sensação despertada por esse panfleto decorreu apenas de interesses partidários" (5).

Em outra parte, onde reconhece que Malthus enfatizou o prolongamento da jornada de trabalho a que estavam sujeitos continuamente os operários ingleses, Marx afirma, todavia, que os interesses conservadores aos quais servia Malthus impediram-no de ver que esse fato, "juntamente com um extraordinário desenvolvimento da maquinaria e a exploração do trabalho feminino e infantil, tornava excedente grande parte da população trabalhadora"... "era, naturalmente muito mais cômodo e muito mais adequado aos interesses da classe dominante"... "explicar essa superpopulação a partir das eternas leis da natureza, do que a partir de leis naturais, apenas históricas, da produção capitalista" (5).

De uma forma ou de outra, quer seja criticado ou apoiado, as teses de Malthus continuam vivas e presentes, considerando-se a evolução do mundo desde então: fome e miséria, embora certamente mais associadas à concentração de renda do que à escassez de recursos, não desapareceram de nosso meio.

#### 4.2 - O "Princípios de Economia Política"

Em 1817, escrevendo a Ricardo, Malthus dá-lhe ciência de sua intenção em escrever um livro onde colocaria suas restrições à teoria enunciada no "Princípios de Economia Política e Tributação". Ricardo decide ler a obra e fazer comentários que poderia publicar posteriormente. Quando o livro de Malthus foi publicado, Ricardo pôs-se a executar a tarefa e percebeu que seus comentários dariam um volume maior do que o livro comentado. A pouca repercussão do "Princípios" de Malthus levou Ricardo a desistir de publicar a edição comentada do mesmo; porém as objeções de Malthus levaram-no a importantes modificações na sua terceira edição do "Princípios" (de Ricardo), notadamente no capítulo sobre o valor. Os comentários foram lidos por alguns amigos mais próximos a Ricardo, inclusive Malthus, e caíram no esquecimento. Foram redescobertos em 1917 por descendentes de Ricardo e publicados junto a um resumo do livro de Malthus; em 1951 Sraffa publicou-os junto com uma versão quase integral da obra de Malthus (14).

Malthus utiliza em sua obra um método que parte da observação de fatos reais, de coisas concretas, com a preocupação de conseguir resultados utilizáveis, como bem o demonstra o título completo de seu livro: "Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática". É nesse ponto que se concentra boa parte das críticas de Malthus a Ricardo, a construção teórica muito abstrata, embora logicamente consistente, baseada

em hipóteses irrealistas demais para poder responder às necessidades da economia inglesa do século XIX. Outra implicação de seu gosto em buscar argumentos em fatos reais é a extensão de suas exposições e o encadeamento de diversos assuntos, fato que provoca queixas de Ricardo em suas "Notas a Malthus", já que este "se desvia constantemente do essencial da discussão" (11).

Para dar uma ligeira panorâmica do pensamento econômico de Malthus, podemos basear-nos em alguns dos itens da polêmica com Ricardo: as Leis do Trigo, a Renda da Terra, a Questão do Valor e a controvérsia sobre a Lei dos Mercados de Say, que Ricardo transformou em dogma e que o pastor foi o primeiro a atacar, antes de Lutz, Marx e Keynes.

#### 4.2.1 - As leis do trigo

A aristocracia rural inglesa, que detinha o poder no Parlamento, conseguiu aprovar leis no sentido de que fosse proibida a importação de trigo até que o cereal atingisse certos níveis de preço no país. Dessa forma, as seguravam mercado a preços cada vez mais altos para o trigo produzido em suas terras. Os industriais, representando a burguesia urbana nascente, eram contra essas leis, já que o trigo era essencial à alimentação dos trabalhadores e qualquer aumento em seu preço conduzia a aumento nos salários e diminuição nos lucros. Ricardo atacava essas leis considerando-as prejudiciais a toda a sociedade, exceto aos proprietários rurais, que obtinham ganhos cada vez mais elevados com a renda da terra.

Malthus, caracterizando bem seu pensamento independente, enquanto pregava maior facilidade para o deslocamento da mão-de-obra, no caso das leis do trigo alinhava-se com os proprietários da terra. Considerava benéfico para o país produzir o máximo possível do trigo que consumia, por razões de segurança nacional, embora concordasse com Ricardo de que a procura superior à oferta elevaria os preços do produto (10). Mesmo nesse ponto, embora concordassem, os dois partiam de caminhos diferentes: Ricardo encaminhava sua explicação via cultivo de terras menos produtivas e com custos de produção mais elevados, considerando que a lei da oferta e da procura fazia apenas o preço oscilar em torno de um preço natural que cobriria os custos de produção. Malthus considerava que os custos de produção são atuavam através da lei da oferta e da procura, que seria a real determinante dos preços do produto.

#### 4.2.2 - A renda da terra

O conceito clássico ou ricardiano de renda da terra foi desenvol-

vido a partir de 1815, quando surgiram importantes publicações apresentando os primórdios da teoria da renda diferencial. O mais famoso e completo é o de Ricardo (10), que confessa a tentativa de aperfeiçoar idéias originais de Malthus, embora outros autores (Marx, principalmente) afirmem que o pastor simplesmente se apropriou do pensamento de James Anderson (2).

Malthus e Ricardo discutiram, principalmente, fatores que elevam a renda da terra, já que concordavam quanto ao embasamento teórico do conceito. Para Ricardo, coerentemente com seu "Princípios", essa renda elevava-se toda vez que terras de qualidade inferior fossem incorporadas ao processo produtivo, mediante solicitação de uma demanda maior. Essas terras produziam naturalmente menos, portanto, a um custo maior. Dessa forma, os que arrendavam terras de melhor qualidade estariam "dispostos" a pagar um valor maior de arrendamento, que reverteria para os proprietários da terra.

Malthus assegura que a renda da terra aumentaria em quatro situações: uma acumulação de capital que fizesse diminuir as taxas de lucro; um aumento populacional que reduzisse os salários; aumento de produtividade do trabalho na agricultura; e um aumento no preço do produto agrícola (2). Ricardo responde aproveitando, no caso do excesso de acumulação de capital (superior à oferta de mão-de-obra), uma falha no argumento de Malthus. O salário do trabalhador, medido em termos de trigo, pode não se elevar em termos reais, já que com pressões menores da demanda (devido à baixa taxa de crescimento da população) o valor do trigo poderia ser muito baixo. Portanto, em casos de acumulação acelerada de capital, embora o salário em termos de trigo pudesse ser elevado, isso seria devido ao baixo valor do trigo com demanda reduzida; não seria correto, portanto, considerar que nessa situação os lucros estariam diminuindo nem a renda da terra sendo aumentada em relação aos lucros.

Os outros casos, Ricardo reduz a situações similares ao primeiro; se os salários dos trabalhadores fossem reduzidos em termos de trigo, não haveria estímulo para incorporar novas terras ao cultivo; porém, se os capitalistas resolvessem empregar mais devido à acumulação superior, poderiam elevar a demanda por alimentos e estimular a exploração de novas terras, aumentando a renda. No caso do aumento da produtividade do trabalho agrícola, ter-se-ia de início menor massa de salários, aumento dos lucros sobre o capital, aumento de acumulação e do número de empregos elevando a demanda, etc. O quarto

---

(2) Uma boa exposição analítica do conceito clássico de renda da terra e seus aperfeiçoamentos posteriores pode ser encontrada em PINHEIRO (8).



argumento, novamente, é respondido com a lógica de que tal aumento só aconteceria caso a incorporação de novas terras de qualidade inferior causasse um aumento no custo de produção.

No ponto central da discussão, estavam pontos de vista diferentes já que Malthus considerava a renda da terra como uma qualidade "concedida por Deus", parte de um produto líquido da terra, "sem o qual não existiria nada de uma sociedade culta e elegante" já que a demanda por bens de luxo, que Malthus considerava indispensável para o processo de acumulação de capital, existia basicamente em função da renda da terra. Ricardo ataca-o dizendo que ambos estavam escrevendo tratados de economia, não obras de moral e que uma taxa da renda da terra transferiria renda dos "landlords" para o processo de acumulação; em segundo lugar, Ricardo, mais ligado à burguesia urbana, considerava que a empresa agrícola era uma aplicação de capital como outra qualquer não devendo, portanto, auferir renda extra "...os interesses da sociedade são mais bem servidos se se autorizar a importação de trigo: o supérfluo produzido pelas terras cultivadas da Inglaterra será dividido entre as classes, em proporções mais favoráveis aos arrendatários e aos capitalistas e menos favoráveis aos proprietários rurais" (13).

A diferença básica entre os dois era, fundamentalmente, de conceito de sociedade, que era "natural" para Malthus e "liberal" para Ricardo.

#### 4.2.3 - O valor

Malthus alinha-se entre os autores que defendiam o valor-trabalho, em oposição ao valor-utilidade; chega mesmo a atacar vigorosamente Say que considera o valor de uso das mercadorias como único relevante. Assim, o pastor cita o processo de produção, a dificuldade de conseguir determinada mercadoria como a "base essencial do valor de qualquer mercadoria".

É na procura de uma medida de valor de troca, que Malthus e Ricardo discordam. O pastor, bem ao seu estilo, alonga bastante a discussão, divaga em torno da conveniência de se considerar ou não uma certa cesta de mercadorias como medida de valor; passa pelo próprio preço, se o valor do dinheiro não se alterar; chega a sugerir o trabalho comandado, de Smith, depois de uma mistura de trigo e trabalho, etc. O que não é aceito por Malthus, definitivamente, é a proposta de Ricardo, o trabalho incorporado ou empregado na produção. As críticas de Malthus, segundo Ricardo, eram devidas à pouca compreensão deste da sua teoria do valor. Certamente, o método de investigação de Malthus considerava a abstração um mal, e a teoria do trabalho incor-

porado exige abstração. A discussão deste ponto é bastante favorável à Ricardo, que ordena seus argumentos de maneira lógica e mais clara. Porém, considerando-se que a divagação de Malthus chega a resultados semelhantes aos de Smith, as duas teorias têm aspectos interessantes, embora incompletas.

Smith, considerando o trabalho comandado como medida de valor, tocou no ponto chave da relação capitalista, a troca como ato que tem como objeto de compra e venda o trabalho (6). Além disso, considerando que o trabalho comandado por determinada mercadoria é naturalmente superior à quantidade de trabalho necessária para produzi-la, temos aqui o lucro expresso em termos de trabalho. Ricardo considera essa definição pouco satisfatória, já que não explica a quantidade de trabalho que determinada mercadoria pode comandar, apenas supõe a troca, sem considerar seus condicionantes.

A teoria do valor de Ricardo é aproveitada das próprias idéias de Smith, em um estado pré-capitalista. Para Ricardo, o fato de que parte do produto não retorna aos trabalhadores (o lucro) não invalida a tese de que as mercadorias são trocadas segundo o trabalho nelas contido. Dessa forma, estaria vinculado ao valor o modo ou as condições de produção, o que não acontece no conceito de Smith. Em compensação, a explicação do lucro e da relação de troca, que tem o trabalho como elo mais fraco, desaparece.

A conjugação das duas teorias só apareceria com Marx, que conservou o conceito de trabalho direto e indireto incorporado, e criou o de força de trabalho, o verdadeiro objeto de compra pelo capitalista, e que cria um valor maior do que recebe (7).

#### 4.2.4 - A lei de Say e a possibilidade de superprodução

O problema levantado por Malthus sobre a insuficiência de demanda efetiva constituiu, segundo Ricardo, "...de longe, o tópico mais importante de discussão no trabalho do "Sr. Malthus". Se seu modo de ver a questão é correto..."o melhor que podemos fazer é..."obrigar o governo a suprir a deficiência do povo" (11).

A lei de Say, prevendo equilíbrios dinâmicos de longo prazo, representava, segundo Malthus e Sismondi, a própria negação dos fatos, a estrondosa contradição entre uma teoria tranquilizadora e a realidade, que mostrava uma superabundância de produtos que excediam em muito o consumo, uma produção proporcional ao que se quer investir e não à demanda (15).

Malthus admitia que a poupança e o investimento eram sempre iguais,

mas a poupança poderia ser abundante demais, o que provocaria investimentos excessivos e uma produção superabundante, com a demanda global tornando-se insuficiente para absorver tudo que fosse produzido. Assim o crescimento do investimento, embora aumentasse as receitas, aumentaria também a capacidade de produção para períodos futuros, levando a uma situação em que haveria uma crise, violenta queda de produção e das receitas. A demanda global insuficiente levaria, portanto, a uma baixa nas taxas de lucros e das receitas.

O raciocínio de Malthus tem ares keynesianos, e Keynes não esqueceu de elogiá-lo: aos olhos da história mais recente, o pastor de Haleybury consegue, ao menos uma vez, ofuscar Ricardo. É claro que aceitando a igualdade entre poupança e investimento, cujo distanciamento é usado por Keynes para atacar a lei de Say e explicar o equilíbrio no subemprego, Malthus coloca-se num terreno quase impossível de explicar a insuficiência da demanda global. O próprio Say respondia a Malthus que, quando os capitais se tornam abundantes demais, os juros recebidos seriam insuficientes para compensar as privações impostas pela poupança (15). Incapaz de questionar, por exemplo, a neutralidade da moeda, não se pode negar ao pastor a primazia em sugerir uma taxa ótima de poupança para crescimento a longo prazo, que daria origem mais tarde a modelos como o de Harrod-Domar (3).

Formalmente, Malthus argumentava que, recebendo os operários certo montante como salários, este total seria inferior ao valor das mercadorias produzidas por esses trabalhadores quando levada ao mercado, devido à existência do lucro. Portanto, haveria uma sobra de bens, já que os capitalistas pouparam parte do lucro. Essa sobra faria cair os preços e diminuiria os lucros, causando desincentivo à acumulação de capital. A solução ortodoxa de empregar mais trabalhadores através de novos investimentos, para que os mesmos consumissem essa "sobra", não era adequada, pois, argumentava Malthus, se com os seus salários esses trabalhadores consumissem o que antes sobrava, ao mesmo tempo acrescentavam ao total da produção uma nova parcela do produto, agravando o problema. Ricardo atacou essa versão, chamando a atenção para a existência de um hiato entre a entrada desses novos trabalhadores como compradores e a chegada ao mercado dos produtos por eles produzidos, que manteria o sistema crescendo equilibradamente.

(3) Sinteticamente esse modelo pode ser representado pela fórmula  $g=s/k$ , onde  $g$  é a taxa de crescimento da economia,  $k$  é a relação capital-produto agregada e  $S$  é a taxa de poupança, que poderia ser controlada (ou dirigida) com a finalidade de atingir índices de crescimento desejados ou pré-estabelecidos.

Malthus sugeria, como alternativa, o aumento do consumo dos trabalhadores improdutivos, que tornariam a demanda efetiva adequada à oferta do sistema, isto quando estivesse esgotado o recurso de aumentar as vendas externas. Ricardo ataca também essa proposição, alegando que esse aumento de poder consumir, dessas classes improdutivas, teria de ser feito às custas de uma diminuição na taxa de lucro capitalista, quer via impostos, quer via consumo de serviços pagos pela poupança dos capitalistas, e esse era exatamente o mal que Malthus queria evitar, já que na situação inicial indicada por ele a demanda insuficiente fazia com que o salário aumentasse (o preço das mercadorias diminuía) e os lucros caíssem. Em defesa de Malthus, pode-se levantar que, para um sistema capitalista, é mais vantajoso o aumento do consumo das classes improdutivas do que uma elevação de salários do nível de subsistência, já que os primeiros estão socialmente mais próximos da burguesia, frequentemente até aliados, enquanto os trabalhadores são seus opositores naturais e qualquer aumento em seu poder é danoso ao sistema (7).

A controvérsia entre os dois economistas deixou sem solução satisfatória o problema da superprodução: Malthus, embora correto na tese de que são o abandono de mecanismos estritamente capitalistas poderia superar crises periódicas, não conseguiu demonstrar sua descoberta de maneira lógica; Ricardo, embora considerasse o problema importante, não conseguiu compreender a verdade contida na tese de Malthus.

## LITERATURA CITADA

1. DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. São Paulo, Abril Cultural, 1983. 284p. (Os Economistas)
2. GALVEAS, Ernani. Apresentação. In: MALTHUS, Thomaz R. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática; Ensaio sobre a população. São Paulo, Abril Cultural, 1983. p.ix-xxxvii. (Os Economistas)
3. HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 11.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 318p.
4. MALTHUS, Thomaz R. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática; Ensaio sobre a população. São Paulo, Abril Cultural, 1983. 387p. (Os Economistas)
5. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1984. v.1, t.2. (Os Economistas)
6. NAPOLEONI, Claudio. Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx. São Paulo, Ciências Humanas, 1981. 173p.
7. ————. Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro, Graal, 1978. 289p.
8. PINHEIRO, Flávio A. A renda e o preço da terra: uma contribuição à análise da questão agrária brasileira. Piracicaba, ESALQ/USP, 1980. 277p. (Tese-Livre-Docência)
9. POURSIN, Jean M. & DUPUY, Gabriel. Malthus. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1975. 155p.
10. RICARDO, David. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. In: NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro, Graal, 1978. p.195-225.

11. RICARDO, David. Notas aos princípios de economia política de Malthus. In: MALTHUS, Thomaz R. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática; Ensaio sobre a população. São Paulo, Abril Cultural, 1983. p.5-269. (Os Economistas)
12. SINGER, Paulo. Apresentação. In: RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo, Abril Cultural, 1982. p.vii-xxvii. (Os Economistas)
13. SRAFFA, Piero. Introdução. In: RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo, Abril Cultural, 1982. p.3-35. (Os Economistas)
14. ————. Introdução. In: ————, ed. Obras y correspondência de David Ricardo: notas a los principios de economia política de Malthus. México, Fondo de Cultura Economica, 1958. v.2.
15. TAPINOS, Georges. Prefácio. In: SAY, Jean B. Tratado de economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1983. p.3-35 (Os Economistas)

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO  
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Comissão Editorial:

Coordenador: José Roberto Viana de Camargo

Membros: Antonio Augusto Botelho Junqueira

Celuta Moreira Cesar Machado

Elcio Umberto Gatti

Flavio Condé de Carvalho

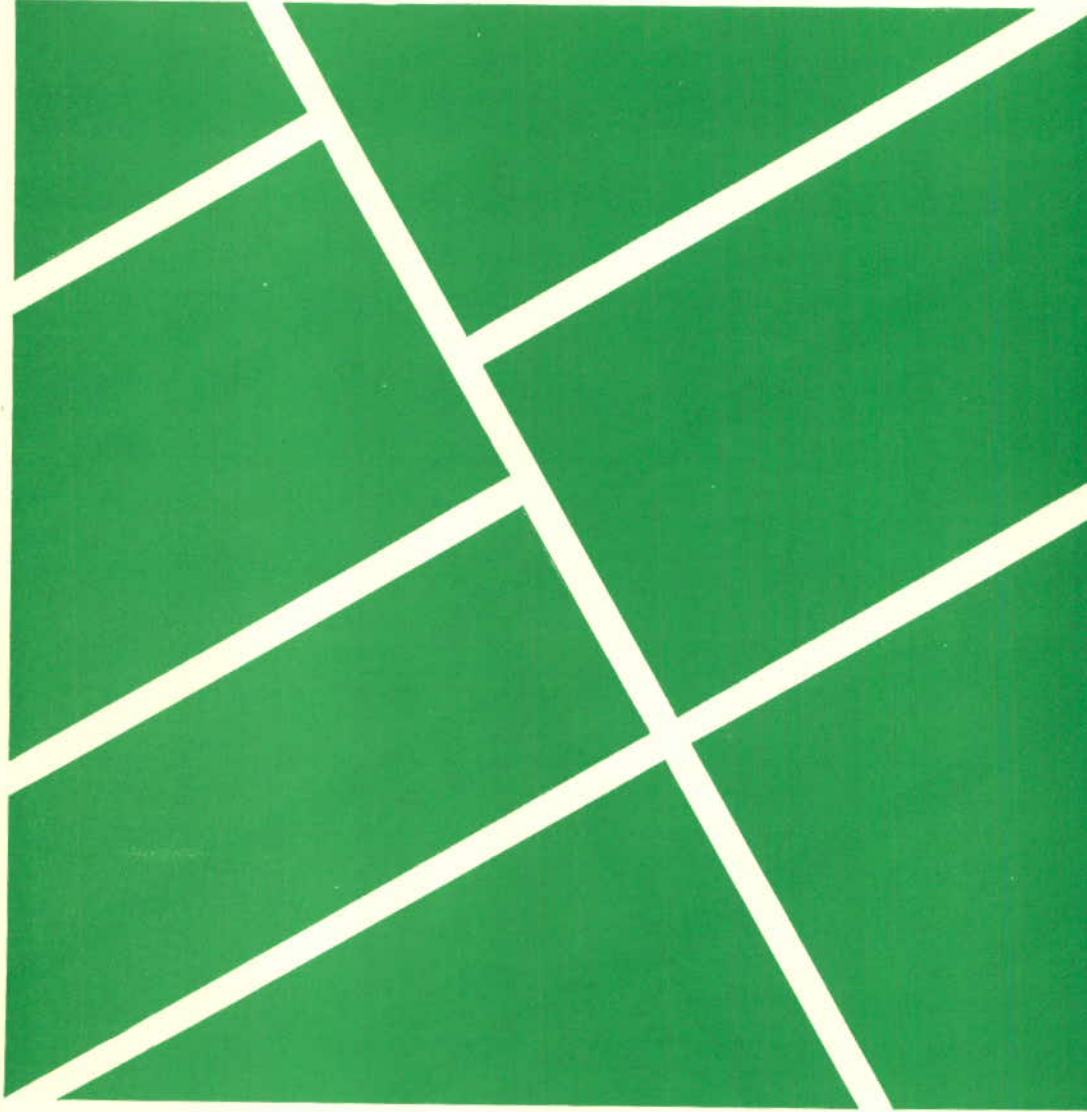
José Luis Teixeira Marques Vieira

Rosa Maria Pescarin Pellegrini

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

Centro Estadual da Agricultura  
Av. Miguel Estéfano, 3900  
04301 - São Paulo - SP

Caixa Postal, 8114  
01000 - São Paulo - SP  
Telefone: 275-3433 r. 257



Relatório de Pesquisa  
Nº 5/84

Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria de Agricultura e Abastecimento  
Instituto de Economia Agrícola